A Prefeitura de Olinda promoveu, nesta segunda-feira (8), uma reunião para dar celeridade às obras da Lagoa do Fragoso, que vai beneficiar toda a população de Jardim Atlântico e parte de Rio Doce, que não vão sofrer mais com as consequências das chuvas mais intensas. Além de representantes do município, participaram o encontro as equipes: do Tribunal de Contas do Estado, da Companhia Estadual de Habitação e Obras, da Caixa Econômica Federal e da construtora vencedora do processo de licitação.

FOTO: Pedro Paulo Catonho/ Prefeitura de Olinda

FOTO: Pedro Paulo Catonho/ Prefeitura de Olinda

FOTO: Pedro Paulo Catonho/ Prefeitura de Olinda

O valor da obra é de R$ 4,5 milhões e, a partir do início, tem previsão de conclusão de 12 meses. No encontro, o prefeito de Olinda, Professor Lupércio, ressaltou a importância de que o trabalho comece o mais rápido possível, de preferência ainda na primeira quinzena de agosto. Junto ao gestor municipal, estavam integrantes da Prefeitura, entre eles o secretário executivo de Obras, Roberto Rocha, e o assessor especial da cidade, Evandro Avelar.

Roberto e Evandro apresentaram o projeto, abordou a questão de como funciona o convênio e as questões técnicas de aprovação do recurso, além do que será necessário para execução do serviço. Diversos encontros têm sido

realizados para debater o tema, o último foi no dia 4 de agosto, e já há outro marcado para a próxima quarta-feira (10), com uma vistoria no local. Uma das participantes da reunião desta segunda-feira (08), a conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Teresa Duere, destacou o apoio ao município para execução da obra.

“O Tribunal de Contas do Estado tem responsabilidade pública em relação a todos os municípios de Pernambuco. O TCE vê a necessidade de se juntar à Prefeitura de Olinda para que tenhamos condições de ajudar no processo. Nosso papel principal é fiscalizar, mas antes temos uma função pedagógica. Agora é hora de juntar as forças e minimizar esse problema. Essa é a obra mais importante da Região Metropolitana Norte”, disse Duere.

Como é uma obra oriunda de um convênio, é preciso uma ordem de serviço para o começo dos trabalhos. A Prefeitura já, há alguns meses, está em conversas com o Ministério do Desenvolvimento Regional para ter autorização para início das atividades no local.